

Governo busca alternativa à CPMF

Monica Yanakiew
de Brasília

O governo federal está buscando uma fórmula para financiar os gastos com saúde, que não se restrinja a uma simples prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em vigor até fevereiro próximo. Ontem, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deu a entender que uma solução definitiva depende da contribuição de estados e municípios, além de uma melhor fiscalização do uso de recursos públicos.

As palavras de Malan foram menos enfáticas do que as do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e do ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Maciel defendeu a prorrogação da CPMF na sexta-feira passada, lembrando que a contribuição de 0,20% sobre movimentações financeiras poderia ser estendida por mais onze meses por meio de uma simples lei ordinária. E Kandir, ontem, considerou possível a manutenção da medida por mais tempo.

Mas o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, optou pela cautela. Na teleconferência, realizada por ocasião dos três

anos de Plano Real, ele disse que ainda é cedo para falar em prorrogação e que os ministros Malan e Kandir estão buscando uma "solução definitiva" para o problema. Evitando entrar em detalhes, Malan aproveitou a ocasião para dar seu recado. Segundo ele, existe uma tradição equivocada no Brasil de achar que, uma vez identificado um problema, basta aumentar os recursos públicos para resolvê-lo. Malan disse que mais dinheiro só representa uma solução se houver um sistema eficaz de fiscalização para garantir seu uso correto, e chamou

atenção para o que considera ser outro erro: "quando falamos em Estado não podemos pensar sempre no governo federal", disse o ministro, ao acrescentar que era preciso chegar a um acordo com estados e municípios sobre a divisão de gastos na área de saúde. Ele também falou da necessidade de realizar uma "mudança cultural" no Brasil e investir mais em medicina preventiva, em vez de pensar apenas na cura.

Everardo Maciel disse que a Receita Federal havia avançado muito no que diz respeito à reforma tributária. Ele citou, como um dos maiores êxitos, a Lei do Simples, de novembro passado, que reuniu vários impostos cobrados das pequenas e micro empresas num só. Mas disse que essas regras jamais seriam aplicadas aos profissionais liberais.

"O Simples envolve um compromisso entre o governo federal, os estados, os municípios e a Previdência Social e só se aplica às pequenas e micro empresas porque estas geram empregos", disse Maciel. Se-

gundo ele, um milhão e meio dessas firmas aderiram ao sistema e, destas, cem mil correspondem a companhias novas que saíram da informalidade.

Sobre a Reforma Tributária – que o Ministério da Fazenda diz depender do Congresso e que muitos parlamentares acusam o governo federal de não querer fazer, para não reduzir seus lucros – Maciel disse que trata-se de várias reformas.

Uma das grandes contribuições da Receita Federal à reforma tributária é o Simples, disse Everardo Maciel